

Pesquisa realizada pelo Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre sobre a Organização Curricular por Ciclos de Formação na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre - Considerações Finais ¹

O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre - CME/PoA - , através da análise dos dados da Pesquisa sobre a Organização por Ciclos de Formação, realizada no ano de 2002, busca trazer contribuições acerca da compilação das práticas político-pedagógicas desenvolvidas nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre -RME/PoA- com base no Documento Referência para a Escola Cidadã, bem como subsidiar a atuação do CME/PoA nos espaços democráticos de diálogo e formulação de políticas públicas, tais como o IV Congresso da Cidade, o III Congresso Municipal de Educação e elaboração do Plano Municipal de Educação.

Diferentes momentos constituíram o Documento apresentado às escolas, iniciando-se pela construção do instrumento de pesquisa nas Comissões do CME e aprovação no referido Colegiado, seguida do lançamento da pesquisa para as escolas de Ensino Fundamental da RME/PoA, representadas pelas Equipes Diretivas e Conselhos Escolares e retorno dos instrumentos de pesquisa ao CME, chegando-se em 2003, ao estudo, tabulação e análise do Colegiado, aqui apresentada.

Convém destacar que os dados mencionados no presente documento, referem-se à tabulação de 27 (vinte e sete) instrumentos de pesquisa que retornaram a este Conselho, o que equivale a 60% (sessenta por cento) das escolas de Ensino Fundamental da RME/PoA que organizam-se por Ciclos de Formação.

Sabendo que a escola constitui-se como um todo, construindo e vivenciando seu fazer pedagógico interdisciplinarmente, através das relações entre os diferentes atores da comunidade escolar e das condições que se estabelecem na sua práxis, faz-se necessário esclarecer que a análise realizada não visa compartimentar os dados conhecidos, nem desmerecer outras leituras que possam contribuir com esta pesquisa, mas sim, convida a reflexão sobre itens que merecem destaque no conjunto deste Documento. Frente as informações conhecidas, este Colegiado indica avanços e aponta desafios à Organização Curricular por Ciclos de Formação na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre.

Dentre os itens analisados destacam-se: participação, utilização dos espaços, planejamento, avaliação e replanejamento, pesquisa socio-antropológica, complementos curriculares, processo de avaliação, turmas de progressão, laboratório de aprendizagem, SIR (Sala de Integração e Recursos), relações com a comunidade, assessoria pedagógica, avanços e desafios.

Inicialmente, faz-se necessário refletir sobre a gestão democrática que, na escola pública, tem sido um desafio, pois o horizonte desse conceito de gestão é o de construção da cidadania, incluindo a noção de autonomia, participação, construção partilhada de ações e pensamento crítico. Considerando que a gestão democrática melhora a qualidade das decisões a serem tomadas na área da educação, tendo fundamental papel na democratização da gestão pública municipal, tem-se na existência de órgãos colegiados como os Conselhos Escolares, mecanismos que visam a solidificação da democracia. Em qualquer instância, os mecanismos institucionais criados devem garantir a participação do mais amplo leque de interessados possível, garantindo assim, a legitimidade da representação. Quanto mais representatividade houver, maior será a capacidade de controle social das políticas públicas.

Na pesquisa realizada, foi possível constatar que os Conselhos Escolares têm sido espaço de legítima participação para o segmento de pais e alunos/as. A qualificação da relação representante /representado e a mobilização para uma maior participação do segmento funcionários são desafios a serem enfrentados, pois as ações empreendidas nesta instância democrática passam a um patamar de legitimidade mais elevado quando há real representatividade de todos os segmentos. Já para os professores/as, são os espaços de reuniões pedagógicas que representam um avanço na RME,

¹ Texto organizado por Isabel Cristina Gabriel, Assessora Pedagógica do CME/PoA, a partir da tabulação dos dados da pesquisa e quadro-síntese elaborado pelo Colegiado.

qualificando o trabalho nas instituições, sendo um lugar de reflexão e debate sobre os mecanismos de participação.

Para que esta participação seja instrumento de transformação, é preciso refletir sobre a vida que nela existe, tendo uma postura de diálogo com os problemas, as frustrações, os sucessos e com as barreiras do cotidiano que, quando refletidas e divididas, são melhor resolvidas.

Conforme Isabel Alarcão, (2001, p. 16), "*(...) cada escola, deve conceber-se como um local, um tempo e um contexto educativo. (...) se a escola é um edifício, ela não é só um edifício. É também um contexto e deve ser, primeiro que tudo, um contexto de trabalho. Trabalho para o aluno. Trabalho para o professor. Para o aluno, o trabalho é a aprendizagem em suas várias dimensões. Para o professor, é a educação na multiplicidade de suas funções*". A escola deve ser um lugar de curiosidade, de atividade e de iniciativa, de convivência saudável e de cooperação, é a própria vida real, um lugar de vivência da cidadania.

A pesquisa convidou as escolas a refletirem sobre a utilização dos espaços desta instituição que tem vida pulsando, que diariamente congrega crianças, jovens e adultos com sonhos e expectativas tão diferenciadas. Nas informações obtidas, foi possível constatar que as escolas estão se abrindo cada vez mais para a comunidade, não sendo o horário escolar, um complicador. A promoção de atividades abertas à comunidade, a resignificação do uso dos espaços e suas possibilidades para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico têm sido prioridade na maioria das instituições. Porém, as escolas apontam que, para manterem-se abertas e com atendimento de qualidade à comunidade, faz-se necessário adequar a qualidade do espaço disponível, bem como investir no incentivo do uso cada vez maior destes espaços pelas comunidades.

No desejo de construir esta escola onde se funda o entendimento compartilhado de todas as pessoas que fazem dela um órgão vivo, com ações e intenções, Paulo Freire afirma "*simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros*". Assim, diante do desafio de refletir sobre a escola que buscamos, surge a questão do planejamento desta escola, ou seja, que conceito está por trás da ação de planejar? Para que, para quem e com quem se planeja nas instituições da RME?

Segundo Padilha (2002, p. 27), o planejamento deve ser "*um caminho, uma ambivalência espacial e temporal de encontro democrático, coletivo, crítico e criativo, para que possamos viver e transformar a realidade que hoje temos na realidade que queremos*". (...) "*Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança*". Busca-se no planejamento participativo, esta força que transforma o refletir em ação, uma ferramenta capaz de realimentar utopias educacionais, constituindo-se em importante instrumento político-pedagógico de transformação. A escola organizada por Ciclos de Formação privilegia o encontro entre os professores/as, o estudo, a formação e, acima de tudo, o espaço de planejamento coletivo. Esta constatação está explicitada quando as escolas anunciam, através dos dados da pesquisa, a existência do espaço semanal para planejamento, onde a maioria, procura priorizar as discussões pedagógicas em relação as demais questões da instituição. A atuação do professor/a itinerante, reconhecida como um avanço frente ao processo de ensino-aprendizagem, é apontada como desafio, enquanto planejamento e intervenção junto aos demais educadores/as. Constituir-se como coletivo, enfrentar as dificuldades e o novo em parceria, tem sido o cotidiano dos profissionais das escolas municipais.

A proposta pedagógica da RME tem, como característica, este planejamento que mobiliza sujeitos, que convida a reflexão da prática, buscando conhecer quem é o aluno/a, as famílias, a comunidade na qual a escola está inserida. Assim a pesquisa socio-antropológica é ferramenta auxiliar, que desvela o mundo no qual todos interferem com seus saberes e teorias. Aliar os saberes dos educadores/as com a realidade de seus educandos/as tem significado fundamental para as escolas da RME. Compreendendo a pesquisa socio-antropológica como uma atividade de investigação, que tem como ponto de partida interrogações acerca da realidade circundante, das relações estabelecidas entre os sujeitos e o papel

da educação neste contexto, vem alimentar o processo de ensino-aprendizagem, possibilitando ações que transformarão esta realidade.

A investigação realizada pelo CME/PoA aponta como avanço a possibilidade da realização da pesquisa socio-antropológica, onde as informações obtidas são subsídios para a realização do trabalho pedagógico. Porém, evidencia-se a necessidade de aprofundar conceitualmente o caráter socio-antropológico da pesquisa, bem como sua relevância para o planejamento docente, caracterizando-se assim, um dos grandes desafios para a RME.

Compreendendo que a escola organizada por Ciclos de Formação propõe-se uma escola inclusiva, que tem no acesso ao conhecimento uma de suas maiores preocupações e busca incessantemente acolher e manter este aluno/a no espaço educativo, constata-se que, a existência dos Complementos Curriculares vêm ao encontro deste objetivo, já que *"ampliam os espaços e tempos de aprendizagens dos alunos/as e atendem à propostas contextuais, oportunizando às escolas uma imprescindível flexibilidade curricular pela sua imersão em uma realidade comunitária peculiar"*. (Resolução CME/PoA nº 006/2003)

No universo pesquisado, foi possível constatar inúmeros Complementos Curriculares, com oficinas dos mais diversos temas. A viabilização destes Complementos se dá a partir da disponibilidade de recursos humanos ou horários dos professores/as, havendo também a definição da modalidade de Complementos considerando o interesse dos alunos/as e/ou apresentação de projetos pelos professores/as. Como desafio, as escolas destacam a necessidade de garantir a oferta dos Complementos Curriculares, assegurando a permanente qualificação da discussão sobre os critérios de oferta dos mesmos.

A proposta das escolas de Ensino Fundamental enfrenta o desafio de dar um novo sentido à ação educativa, de dialogar com as transformações da sociedade, atendendo às mudanças dos valores sociais e a significação dos saberes disciplinares. Hernández (1998, p.16) diz que *"(...) a escola, se reinventada, pode favorecer que as pessoas que sofrem diferentes formas de exclusão e discriminação encontrem um 'lugar' a partir do qual possam escrever sua própria história"*. Para escrever sua história, é preciso proporcionar aos alunos/as condições de entender e interpretar o mundo e suas relações.

Vitor Paro (2002) afirma que o papel essencial da escola é *"(...) levar o aluno a querer aprender. Este é um valor que não se adquire geneticamente; é preciso uma consistente relação pedagógica para apreendê-lo"*. Esta afirmação possibilita a reflexão sobre o significado da escola pública, voltada para a formação do aluno/a e de toda a sociedade. Para construir esta escola pública, voltada à formação dos alunos/as e da sociedade, necessita-se do constante processo de avaliar e replanejar as ações e a proposta pedagógica da escola. Isso demanda ao coletivo de educadores/as pensar sobre o papel social e a função da avaliação, bem como, a razão da existência da escola.

Zabalza (1995, p. 239), afirma que *"quando falamos de avaliação não estamos a falar de um facto pontual ou de um acto singular, mas de um conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases ordenam-se sequencialmente (são um processo) e actuam integradamente (são um sistema). Por sua vez a avaliação não é (não deveria ser) algo separado do processo de ensino-aprendizagem, não é um apêndice independente do referido processo (está nesse processo) e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (está num sistema)"*.

Frente aos dados da pesquisa, foi possível verificar que as escolas apontam a avaliação e o replanejamento como uma prática consolidada na RME. Destaca-se como desafio, a ampliação da participação do segmento pais nestes processos. O Conselho de Classe Participativo é realizado na totalidade das escolas, com diversidade de dinâmicas que favorecem sua realização. Percebe-se na maioria dos registros, que a participação dos professores/as e alunos/as é privilegiada nestes momentos. Constata-se ainda, que os espaços de participação devem ser efetivos para todos os segmentos, bem como a necessidade de aprofundar a discussão sobre avaliação como um todo.

Com objetivo de garantir ao educando acesso ao conhecimento, à continuidade e terminalidade de seus estudos, a Organização Curricular por Ciclos de Formação conta com Turmas de Progressão, em todos os Ciclos. A pesquisa realizada pelo CME/PoA procurou conhecer os critérios utilizados pelas escolas para a constituição destas turmas, assim como, a escolha de seus professores. Os dados revelam que a maioria das escolas, ao organizarem suas Turmas de Progressão, conjugam os critérios idade, escolaridade e conhecimento. O atendimento aos alunos/as com necessidades especiais e/ou com infreqüência prolongada é apontado como um desafio ao trabalho realizado. Entre os critérios apontados com maior freqüência em relação à escolha do professor-referência, aparecem o desejo do profissional para atuar na turma e a identificação do perfil deste professor/a. Neste sentido, aponta-se a necessidade de proporcionar um debate qualificado junto a RME sobre a constituição das referidas turmas e dos profissionais que ali atuam ou atuarão.

Constata-se que a garantia em torno de uma aprendizagem de qualidade social, que tenha significado para os sujeitos, tem sido uma busca constante dos professores/as das escolas municipais. Entre as alternativas construídas pela RME encontra-se a constituição dos Laboratórios de Aprendizagem que se consolidam enquanto espaços que têm como eixo norteador de sua ação, a investigação acerca das dificuldades de aprendizagens dos alunos/as, proporcionando vivências diferenciadas que visem o resgate dos educandos/as nas suas diversas dimensões, contribuindo, assim, para o efetivo avanço e superação de suas defasagens.

Na pesquisa, verifica-se a consolidação da freqüência dos alunos/as do I e II ciclos ao Laboratório de Aprendizagem, o grau de qualificação dos professores/as que atuam neste espaço e a pertinência de apresentação de projetos para ali atuar. Ainda, como destaques apontados na pesquisa, encontra-se o atendimento a pequenos grupos, a consolidação de no mínimo um encontro semanal, o acesso ao Laboratório de Aprendizagem a qualquer época do ano e a manutenção deste serviço aos educandos/as.

Como sugestões para avançar na qualidade deste serviço, estão a consolidação da permanência e freqüência dos alunos do III ciclo ao Laboratório de Aprendizagem, no turno inverso, a manutenção do critério de projetos para atuação neste espaço, a maior oferta de vagas em relação à capacidade de atendimento, demandando o aumento da carga horária dos professores/as, garantindo-se o atendimento a pequenos grupos, além da necessidade de ampliação da periodicidade dos encontros.

Isabel Alarcão (2001, p. 17) relembra um texto de Paulo Freire (1997, p. 41) a respeito do estudo, o qual ele define como *"um que-fazer exigente em cujo processo se dá uma sucessão de dor, de prazer, de sensação de vitórias, de derrotas, de dúvidas e de alegria"*. Ainda, segundo a autora *"a escola tem de ser a escola do sim e do não, onde a prevenção deve afastar a necessidade de repressão, onde o espírito de colaboração deve evitar as guerras de poder ou competitividade mal-entendida, onde a crítica franca e construtiva evita o silêncio roedor ou a apatia"*.

Ao pesquisar os dados referentes a freqüência à escola, foi possível verificar que os alunos/as do I e II ciclo apresentam freqüência satisfatória, apontando-se porém a necessidade de investigar as causas da maior infreqüência dos alunos do III ciclo.

Com relação às informações da pesquisa sobre a Sala de integração e Recursos -SIR-, os dados revelam a constituição deste espaço na RME como um avanço, surgindo como desafios, ampliar o atendimento e a agilidade dos encaminhamentos, assim como a oferta de um número maior de profissionais e de salas.

Quanto a forma como as escolas estabelecem relações com a comunidade, Paulo Freire (1995) afirma *"precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida"*.

Na pesquisa, a totalidade das escolas revela-se aberta à comunidade em atividades que extrapolam os espaços já constituídos como o Conselho Escolar e o Conselho de Classe. Há referências

à contextos em que a relação com a comunidade estende-se para a participação em outros espaços que vão além da escola, tais como a gerência ampliada, participação nas associações de moradores, eventos culturais e desportivos, na comunidade, festividades, clube de mães, parcerias com postos de saúde, Brigada Militar, NASCA (Núcleo de Atenção da Saúde da Criança e do Adolescente), centros comunitários, igrejas e outros.

Além de ser espaço de participação, a escola deve ser espaço de formação da comunidade escolar e, para isso, se faz necessário a presença da assessoria sistemática, garantida pela mantenedora. Na pesquisa, as escolas fazem referência a existência da assessoria em diversas modalidades, sendo sua periodicidade variada. Um importante desafio indicado pelas respostas refere-se a implementação de assessoria pedagógica de forma sistemática, atuando em todos os espaços e segmentos da escola.

Fazer da escola pública municipal, uma escola de qualidade que oportunize a formação permanente dos trabalhadores/as em educação, bem como dos demais segmentos da comunidade escolar, tem sido um desafio constante de intervenções coletivas, possibilitando a vivência da práxis reflexiva, democrática e democratizante, em torno da construção de identidades, da escola e dos sujeitos que ela congrega.

A cidade de Porto Alegre busca ressignificar os rumos da sua educação através de políticas educacionais voltadas à inclusão social, ou seja, na garantia do acesso e permanência dos alunos/as nas escolas. Nesta caminhada, momentos como o Congresso Constituinte, em 1995 e o II Congresso de Educação em 1999, marcaram a trajetória dos educadores/as da Rede. Dentre os avanços destacados pelas escolas com relação à sua prática pedagógica, desde a realização do Congresso Constituinte, estão a presença dos professores/as especializados em todos os ciclos, os espaços de formação, as discussões pedagógicas sobre a Escola Organizada por Ciclos de Formação, da existência da SIR, do Laboratório de Aprendizagem, do Ambiente Informatizado, a autonomia financeira das escolas e o "buffet" nos refeitórios.

Tendo em vista a previsão da realização do III Congresso Municipal de Educação, aparecem como desafios a serem superados, questões relativas a: 1) fatores infra-estruturais, como o investimento em recursos humanos e recursos materiais; 2) ensino-aprendizagem: aprofundar a discussão sobre inclusão e infrequência, 3) organização curricular: aprofundar a discussão sobre Turmas de Progressão (em seus vários aspectos), 4) avaliação: promoção e retenção, 5) planejamento: aprofundamento dos conceitos de cada ciclo e qualificação do trabalho pedagógico, 6) gestão da escola: investir em projetos pela cultura da paz, envolvendo todos os segmentos, 7) qualificação profissional: formação e motivação dos professores/as para o trabalho com o aluno/a com necessidades especiais, 8) relações com a mantenedora e instituições públicas: maior articulação entre as políticas sociais e da educação, bem como as outras Secretarias. Os avanços e desafios estão organizados num quadro síntese, elaborado pelo colegiado do CME/PoA, apresentado ao final deste documento.

Frente ao aqui documentado, espera-se que a pesquisa realizada pelo CME sirva de subsídio para futuras reflexões acerca das práticas pedagógicas consolidadas nas escolas da RME e desafios delas decorrentes.

Conclui-se com as palavras de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado (1999, p. 97) "*apenas aqueles que sentem a alegria de viver e têm o prazer da existência podem fazer da vida um espaço de aprendizagem*".

Quadro Síntese da Pesquisa realizada pelo CME/PoA sobre a Organização por Ciclos de Formação na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre

Itens da Pesquisa	Práticas Consolidadas (avanços)	Questões consideradas como desafios
Participação	Conselhos Escolares com espaço de participação dos segmentos de forma mais efetiva para pais e alunos/a; Reuniões Pedagógicas para professores/as.	Qualificação da relação representante/representado; Mobilização para integração do segmento funcionários/as.
Utilização dos espaços	Viabilidade de uso dos espaços da escola fora do horário escolar; Promoção de atividades abertas à comunidade; Ressignificação do uso dos espaços e suas possibilidades para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico.	Investigar a respeito da adequação às necessidades e/ou satisfação com a qualidade do espaço; Incentivar o uso dos espaços pela comunidade.
Planejamento	Existência do espaço semanal, com um número significativo de escolas priorizando as discussões pedagógicas.	Construir alternativas para garantir a atuação efetiva do professor/a itinerante.
Avaliação e Replanejamento	Realizado por todas as escolas.	Ampliação da participação do segmento pais no processo de avaliação e replanejamento.
Pesquisa socio-antropológica	A possibilidade de realização da pesquisa; Subsídios para a organização do trabalho pedagógico que a pesquisa traz.	Aprofundar conceitualmente o caráter socio-antropológico da pesquisa, bem como sua relevância para o planejamento docente.
Complementos Curriculares	A diversidade da oferta de Complementos.	Garantir a oferta dos Complementos, assegurando a permanente qualificação da discussão sobre critérios de oferta dos mesmos.
Processo de avaliação	Conselho de Classe Participativo	Qualificação garantindo que seja um espaço de participação efetiva de todos os segmentos; Necessidade de uma discussão profunda sobre avaliação como um todo.
Turmas de Progressão	A maioria das escolas (15), conjuga os critérios de idade, escolaridade e conhecimento; Desejo do profissional para atuar na turma; Busca de perfil de professor para atuar nas turmas de progressão.	Atendimento aos alunos/as com necessidades especiais e/ou infreqüência prolongada; Proporcionar um debate qualificado junto a RME sobre constituição das referidas turmas e dos profissionais que ali atuarão.

Laboratório de Aprendizagem	<p>Consolidação da frequência satisfatória no I e II ciclos;</p> <p>Grau de qualificação dos profissionais no Laboratório de Aprendizagem;</p> <p>Apresentação de projetos para atuar no Laboratório de Aprendizagem;</p> <p>Atendimento em pequenos grupos;</p> <p>Ampliação do atendimento e manutenção deste espaço;</p> <p>Acesso à atendimento ao Laboratório a qualquer tempo do ano letivo;</p> <p>Consolidação do atendimento mínimo de um encontro.</p>	<p>Consolidação da permanência e frequência dos alunos do III ciclo ao Laboratório de Aprendizagem no turno inverso;</p> <p>Manter o critério de Projetos para atuação no laboratório de Aprendizagem;</p> <p>Maior oferta de vagas no Laboratório em relação à capacidade de atendimento, ou seja, aumentar a carga horária dos professores/as, garantindo a manutenção do atendimento a pequenos grupos;</p> <p>Ampliar a periodicidade para encontros por semana, para o turno inverso das aulas, quando não existente.</p>
Frequência	Frequência dos alunos/as do I e II ciclos.	Investigar as causas da infrequência dos alunos/as do III ciclo.
SIR	Existência da SIR e sua consolidação.	Ampliar o atendimento e agilidade dos encaminhamentos; Mais profissionais e mais salas.
Relações com a comunidade	As escolas estão mais abertas à comunidade.	
Assessoria Pedagógica	Existência da assessoria pedagógica em diversas modalidades com periodicidade variada.	Implementação de assessoria pedagógica sistemática e em todos os espaços e segmentos da escola.

<p>Avanços</p> <p>Presença de professor/a especializado em todos os ciclos;</p> <p>Espaços de formação;</p> <p>Autonomia financeira e pedagógica das escolas;</p> <p>Discussões pedagógicas sobre a Escola por Ciclos;</p> <p>SIR, Laboratório de Aprendizagem, Laboratório de Informática, "buffet".</p>	<p>Desafios</p> <p>Fatores infra-estruturais: maior investimento em RH e em materiais;</p> <p>Ensino-aprendizagem: aprofundar a discussão da inclusão e infrequência;</p> <p>Organização Curricular: aprofundar a discussão sobre Turmas de Progressão (em seus vários aspectos);</p> <p>Avaliação: promoção e retenção,</p> <p>Planejamento: aprofundamento dos conceitos de cada ciclo e qualificação do trabalho pedagógico;</p> <p>Gestão da escola: investir em projetos pela cultura da Paz, envolvendo todos segmentos;</p> <p>Qualificação profissional: formação e motivação dos professores/as para o trabalho com o aluno/a com necessidades especiais;</p> <p>Relações com a Mantenedora e Instituições Públicas: maior articulação entre as políticas sociais e da educação, bem como com as outras Secretarias.</p>
--	--

BiBLOGRAFIA

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 24ª edição. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996. Coleção Leitura.

FREITAS, A. L. S. de. **Pedagogia da Conscientização: Um legado de Paulo Freire à formação de professores.** Porto Alegre: Ed. EDIPUCRS, 2001.

GUIMARÃES, A. A.; MATE, C. H.; BRUNO, E. B.; VILELA, F.; ALMEIDA, L. de; CHRISTOV, L.; et al. **O Coordenador Pedagógico e a Educação Continuada.** São Paulo: Edições Loyola, 1998.

HERNÁNDEZ, F. **Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalho.** Tradução de Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Ed. Artes Médicas, 1998.

PADILHA, P. R. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola.** In: Guia da Escola Cidadã, v. 7. São Paulo: Instituto Paulo Freire, Ed. Cortez, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto Político-Pedagógico da Escola: Uma Construção Possível.** Campinas, SP: Ed. PAPIRUS, 1995. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

Sites pesquisados

PARO, V. H. **Reprovação Escolar? Não Obrigado.** In: Artigo do Leitor. Disponível em: www.estadao.com.br/artigo-do-leitor/htm/2002/fev/15/151.htm